



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020**

**ARP nº. 29/2020**

**PROCESSO nº. 0000195-25.2020.6.22.8000**

**Pregão Eletrônico nº. 24/2020**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **POSTERARI ASSESSORIA TECNICA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **16.743.543/0001-39**, com sede a Rua Afrânio Francisco Azevedo, nº. 140 – Uberaba/MG. CEP 38080-400. Telefone(s): 34 3075-7397 e E-mail(s): [Posterariassessoria@posterari.com.br](mailto:Posterariassessoria@posterari.com.br), neste ato representada por **RODRIGO MILANEZ POSTERARI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 32.073.313-0 SSP-SP e CPF nº. 049.049.676-82, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**1.0. Órgão Participante desta ARP:**

ÓRGÃO:	HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO
SIGLA DO ÓRGÃO	HGuPV
CNPJ	09.552.435/0001-13
UASG:	160351
ENDEREÇO:	Rua Rui Barbosa, 409 – Centro, Porto Velho –RO. CEP 76.801-010

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RESPONSÁVEL:	Cap Farm Luana Rezende da Cunha
TELEFONE:	69- 32184816
E-MAIL:	<a href="mailto:farmácia@hgupv.eb.mil.br">farmácia@hgupv.eb.mil.br</a>

**1.1.** Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Vlr Unit. R\$	Quant. TRE-RO	Quant. HGuPvh	Quant. Total	Vlr Total R\$
01	<b>Item 12 do Edital. AGULHA ACUPUNTURA.</b> Agulhas de acupuntura 0,25x15 cabo espiral inox, esterilizada com mandril de plástico. Deve ser apresentada CAIXA COM 1000 UNIDADES, EMBALADAS de 10 em 10, com um mandril p/ cada 10 agulhas. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Registro Anvisa: 80786320002. Marca: OA.	Unid.	0,1963	40.000	-	40.000	7.852,00
Valor total da ARP							7.852,00

**1.2.** No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

**1.3.** As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

**1.4.** O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1.5.** Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, no horário de 8h às 18h, na Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, do Tribunal Eleitoral Regional – TRE-RO, situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União, CEP: 76.805-859, mediante prévio agendamento. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SAMES: (69) 3211-2041

**1.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**1.7.** A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (*doze*) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

**1.8.** No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médica e Social, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

**1.9.** Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 26 de junho de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	<b>RODRIGO MILANEZ POSTERARI</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Rudma Rosa Oliveira Costa</i> CPF: 629.311.562-72 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/06/2020, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Milanez Posterari, Usuário Externo**, em 29/06/2020, às 08:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 29/06/2020, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Técnico Judiciário**, em 30/06/2020, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1272020  
Disponibilização: 01/07/2020  
Publicação: 02/07/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS**

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços 28 a 30/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 24/2020/TRE-RO. Processo SEI **0000195-25.2020.6.22.8000**. ARP **28/2020**. Adjudicatária: **OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATÓRIOS LTDA**. CNPJ: **05.895.525/0001-56**. Objeto: I) **Item 04 do Edital**. SERINGA. Seringa descartável com agulha 25x7, capacidade 3 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: SR. Unid. Quant. 600. Valor Unitário R\$ 0,65. Valor total do item R\$ 390,00; II) **Item 05 do Edital**. HASTE FLEXÍVEL. Hastes flexíveis com ponta de algodão, caixa com 150 unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: THEOTO. Caixa. Quant. 40. Valor Unit. R\$ 7,75. Valor total do item R\$ 310,00. III) **Item 06 do Edital**. CURATIVO. Curativo adesivo pronto, medindo 1,9cm x 7,6 cm, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Copertina. Unid. Quant. 3000. Valor Unit. R\$ 0,39. Valor total do item R\$ 1.170,00. IV) **Item 07 do Edital**. COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE. Caixa coletora para pérfurocortante. Alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com NBR 13853, revestimento interno que evita perfurações e vazamentos. Capacidade total de 3 litros. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Flexpel. Unid. Quant. 50. Valor Unit. R\$ 3,70. Valor total do item R\$ **185,00**. V) **Item 08 do Edital**. ABSORVENTE HIGIÊNICO. Absorvente íntimo externo sem abas com validade mínima remanescente de 18 meses, pacote com 8 unidades. Marca: DIANA. Emb. c/ 8 Unid. Quant. 100. Valor Unit. R\$ 5,96. Valor total do item R\$ 596,00. VI) **Item 09 do Edital**. COMPRESSA HOSPITALAR. Campo operatório, 100% algodão, descartável 45x50 cm, pacote c/ 50 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: GOMED. Pacote. Quant. 206. Valor Unit. R\$ 110,05. Valor total do item R\$ 22.670,30. VII) **Item 10 do Edital**. COMPRESSA GAZE. Compressa gaze, material tecido 100% algodão, descartável, tipo 13 fios/cm<sup>2</sup>, modelo cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, largura 7,50 cm, comprimento 7,50 cm, 5 dobras. Pacote com 500 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: ANDREONI. Pacote. Quant. 230. Valor Unit. R\$ 53,34. Valor total do item R\$ 12.268,20. VIII) **Item 11 do Edital**. AGULHA HIPODÉRMICA. Agulha com tamanho 30X7 descartável com bisel trifacetado siliconizado. Caixa com 100 unidades Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: LABOR. Unid. Quant. 1000. Valor Unit. R\$ 0,21. Valor total do Item R\$ 210,00. VIV) **Item 13 do Edital**. EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO. Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m<sup>2</sup>) 9 x 26 cm, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: HOSPFLEX. Unid. Quant. 8000. Valor Unit. R\$ 0,30. Valor total do item R\$ 2.400,00. IX) **Item 14 do Edital**. EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO. Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m<sup>2</sup>), largura 15 x 25, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: HOSPFLEX. Unid. Quant. 8000. Valor Unit. R\$ 0,31. Valor Total do item R\$ **2.480,00**. X) **Item 16 do Edital**. ÁGUA DESTILADA. Água destilada – 5L - Com prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: REYMER. Galão 5L. Quant. 10. Valor Unit. R\$ 17,53. Valor total do item R\$ 175,30. XI) **Item 20 do Edital**. ALGODÃO. Algodão, tipo hidrófilo, apresentação em bolas, material alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade não estéril, pacote com 100g. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: FAROL. Embalagem 100g. Quant. 20. Valor Unit. R\$ 7,36. Valor total do item R\$ 147,20. XII) **Item 21 do Edital**. FIO DE SUTURA. Fio sutura, material seda, composta de fibroína, com perda gradual de força tênsil com o decorrer do tempo, tipo fio 4-0, cor preto trançado, comprimento 45, características adicionais com , agulha,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tipo agulha 1/2 círculo cortante, comprimento agulha 1,7 cm estéril. Marca sugerida: Ethicon ou marca equivalente ou de melhor qualidade. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: TECHNOFIO. Unid. Quant. 72. Valor Unit. R\$ 2,93. Valor total do item R\$ 210,96.

**XIII) Item 22 do Edital.** FITA HOSPITALAR. Fita adesiva autoclave confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Ideal para o fechamento de pacotes que serão esterilizados em autoclave, funciona como indicadora de esterilização, pois possui listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto. 19mm x 30m. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: MASTERFIX. Rolo 30m. Quant. 56. Valor Unit. R\$ 5,56. Valor total do item R\$ 311,36. Valor total do fornecedor R\$ **43.836,82**. ARP 29/2020 – Adjudicatária: POSTERARI ASSESSORIA TECNICA EIRELI. CNPJ: 16.743.543/0001-39. Objeto: I) **Item 12 do Edital.** AGULHA ACUPUNTURA. Agulhas de acupuntura 0,25x15 cabo espiral inox, esterilizada com mandril de plástico. Deve ser apresentada CAIXA COM 1000 UNIDADES, EMBALADAS de 10 em 10, com um mandril p/ cada 10 agulhas. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Registro Anvisa: 80786320002. Marca: OA. Unid. Quant. 4000. Valor Unit. R\$ 0,1963. Valor total do item R\$ 7.852,00. Valor total do fornecedor R\$ **7.852,00**. ARP 30/2020 – Adjudicatária: HIGIBEST COMERCIO E SERVICOS EIRELI. CNPJ: 26.581.761/0001-78. Objeto: I) **Item 15 do Edital.** TOUCA HOSPITALAR. Touca descartável sanfonada, confeccionada, com elástico especial em todo o perímetro da touca. 100% polipropileno tamanho 19" (45 x 50 cm), PACOTE COM 100 UNIDADES. Com prazo de validade mínimo remanescente de 3 anos. Marca: NOBRE. Embalagem c/100 Unid. Quant. 100. Valor Unit. R\$ 20,00. Valor total do item R\$ 2.400,00. Valor total do fornecedor R\$ **2.400,00**. Valor Total das ARP's: R\$ **54.088,82**. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada em 26/06/2020, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas, em datas variadas.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 30/06/2020, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000195-25.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo hospitalar - Pregão Eletrônico nº 24/2020 - Homologação.

**PARECER JURÍDICO Nº 123 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES do TRE/RO, objetivando a aquisição, por meio de Ata de Registro de Preço, de **MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR** para suprir demandas da unidade ([0496114](#)).

**02.** Após regular tramitação, veio aos autos a minuta do Edital ([0538502](#)), o qual logrou aprovação desta unidade Jurídica, por meio do Parecer Jurídico nº 95/2020 – PRES/DG/AJDG ([0539614](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 24/2020 ([0539740](#)). Os documentos comprobatórios de sua divulgação foram juntados nos eventos [0539745](#) e [0540859](#). Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao edital.

**03.** Na sequência, o pregoeiro juntou aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema Comprasnet ([0547788](#));

b) proposta inicial da empresa participante do certame – **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATORIOS LTDA**, CNPJ nº 05.895.525/0001-56, seus respectivos documentos de habilitação ([0547802](#));

c) proposta inicial da empresa participante do certame – **POSTERARI ASSESSORIA TÉCNICA LTDA - ME**, CNPJ nº 16.743.543/0001-39, seus respectivos documentos de habilitação ([0547809](#));

d) proposta inicial da empresa participante do certame – **POLIDERM COMERCIAL DISTRIBUIDORA**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**LTDA - ME**, CNPJ nº 01.264.836/0001-66, seus respectivos documentos de habilitação ([0547810](#));

e) proposta inicial da empresa participante do certame – **HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME**, CNPJ nº 26.581.761/0001-78, seus respectivos documentos de habilitação ([0547812](#));

f) Solicitação nº 80/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0547853](#)), requerendo manifestação da unidade (SAMES) técnica sobre as propostas apresentadas, a necessidade de prospecto, os documentos de qualificação técnica apresentado pelas licitantes citadas;

g) Informação nº 59/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0547862](#)), que trata sobre a manifestação da unidade técnica informando que as descrições dos produtos ofertados pelas empresas estão de acordo com o exigido no TR e no Edital e que apenas a licitante POLIDERM COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA não apresentou a Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, emitido pela Anvisa;

h) Solicitação nº 82/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0548199](#)), requerendo manifestação da unidade (SAMES) técnica sobre as propostas apresentadas para os itens 13, 14 e 22 e a necessidade de prospecto;

i) Informação nº 60/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0548238](#)), que trata sobre a manifestação da unidade técnica informando que as descrições dos produtos ofertados para os itens 13, 14 e 22 pela empresa OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATORIOS LTDA estão de acordo com o exigido no TR e no Edital;

j) documentos de habilitação das licitantes citadas ([0548379](#), [0548381](#), [0548385](#) e [0548387](#));

**04.** O pregoeiro trouxe aos autos, também, a ata do certame ([0548391](#)), Relatório de Resultado por Fornecedor ([0548393](#)), o Termo de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adjudicação ([0548394](#)), com os itens cancelados no julgamento ou por inexistência de proposta, e o Resultado de Licitação ([0548396](#)).

**05.** A comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do dia 19/06/2020 veio aos autos no evento [0549620](#).

**06.** Por fim, em seu relatório ([0548403](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências do certame e, em seguida, remete os autos a esta AJDG para sua análise (Remessa 88 - [0548405](#)). **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2020**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

**08.** Na publicação do aviso ([0539745](#) e [0540859](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**09.** Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do pregoeiro ([0459676](#)):

**a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** Não houve.

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária:** Não houve.

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0547788](#)) e na ata do pregão ([0548391](#)). Não houve recusa de lances.

**d) Fase de negociação/aceitação:** As ocorrências estão todas registradas na ata do certame ([0548403](#)) e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relatadas no quadro incluído no subitem 5.3 do Relatório nº 43/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0548403](#)), cujas justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

Registra-se que as propostas apresentadas pela licitante OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA. para os **itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 21 e 22 foram aceitas**, após a redução do seu valor inicial e a manifestação de atendimento das especificações técnica exigida no edital feita pela unidade técnica.

Igualmente, ocorreu com a proposta apresentada pela licitante POSTERARI ASSESSORIA TECNICA EIRELI para o item 15. Já, a proposta apresentada pela licitante HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇO EIRELLI, embora o seu valor estivesse dentro do estimado pela administração, houve tentativa de redução que não foi aceita pela empresa.

Destaca-se, ainda, a atuação do responsável técnico da unidade solicitante, a qual analisou as especificações técnicas dos serviços ofertados e opinou na sua classificação ou desclassificação e na aceitação dos itens e propostas do Pregão Eletrônico em comento.

**e) Cancelados na aceitação:** Sim. Os itens 17, 18, 19 e 23 restaram fracassados.

**f) Item deserto:** Sim. Para os itens 1, 2 e 3, nenhum proponente compareceu ao certame em análise.

**g) Fase de Habilitação:** Analisados os documentos habilitatórios ([0548379](#), [0548381](#) e [0548387](#)), o pregoeiro declarou habilitadas as licitantes OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA, CNPJ nº 05.895.525/0001-56, POSTERARI ASSESSORIA TECNICA – EIRELI, CNPJ nº 16.743.543/0001-39 e HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS – EIRELI, CNPJ nº 26.581.761/0001-78.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, a licitante POLIDERM COMERCIAL E DOSITRIBUIDORA - LTDA, CNPJ nº 02.231.948/0001-83 foi desabilitada, pois não atendeu ao requisito estabelecido no subitem 9.1.2 do Edital.

**h) Recursos:** Não houve registro de intenção de recurso.

**i) Adjudicação:** Diante da regularidade das propostas e do cumprimento das exigências habilitatórias, o pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 05.8995.525/0001-56 – OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATÓRIOS LTDA, itens 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 21 E 22, valor R\$ 43.836,82; 16.743.543/0001-39 – POSTERARI ASSESSORIA TECNICA EIRELI, item 12, valor R\$ 7.852,00; e 26.581.761/0001-78 – HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, item 15, valor R\$ 2.400,00. Valor total R\$ 54.088,82; e, ante a inexistência de recursos, procedeu-se a **ADJUDICAÇÃO** do objeto para o registro de preços, conforme **TERMO DE ADJUDICAÇÃO** ([0548394](#)).

**j) Publicação do resultado do julgamento:** O resultado desta licitação foi disponibilizado para publicação no Diário Oficial da União nº 116, ano 2020, e no Diário da Justiça Eleitoral nº 118, ano 2020, ambos divulgado no dia 19 de junho de 2020, conforme comprovante acostado ao evento [0549620](#).

**10.** Registra-se que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.

**11.** Os itens **1, 2 e 3** restaram desertos, devido à inexistência de propostas, e os itens **17, 18, 19 e 23** restaram fracassados, pois os valores das propostas superaram o estimado no certame. Desta forma, para resolução da frustração da licitação tem-se as opções a seguir explanadas.

**12.** Nesse caso específico, a unidade técnica (SAMES) deverá se manifestar acerca desta situação. E, **caso não haja prejuízo em razão da demora de outro procedimento licitatório, a Administração poderá eleger pela repetição do certame.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início das aquisições pretendidas, além de importar em antieconomicidade, poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

**14.** Consoante a dicção deste artigo é dispensável a licitação "quando *não* acudirem interessados à licitação anterior e esta, *justificadamente*, **não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública**, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas".

**15.** Cabe esclarecer que o dispositivo mencionado abarca tanto as situações de licitações com itens **desertos** quanto às licitações com itens **fracassados**, ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que "***não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar***" ou, ainda, aquele que "***formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta***, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93" (sem grifo no original).

**16.** Em outras palavras, é prescindível a licitação quando *não* acudirem interessados à licitação anterior e esta, **justificadamente**, não puder ser repetida **sem prejuízo** para a Administração Pública, mantidas, nesse caso, todas as condições **preestabelecidas**. Trata-se de procedimento de dispensa de licitação a ocorrer em face do advento de anterior certame licitatório deserto ou fracassado - ou, ainda, com itens desertos ou fracassados - cuja repetição seria prejudicial à Administração.

**17.** Conforme o magistério do aludido doutrinador, a aplicação da hipótese de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos a serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**d)** inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta;

**e)** manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**18.** Registra-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos, cabendo à Administração observá-los, lembrando que estes deverão estar criteriosamente informados, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**19.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93, vejamos abaixo alguns posicionamentos e orientações da Corte de Contas com relação a certame deserto:

Ademais, por um imperativo lógico, não seria justificável a dispensa de licitação por um pretense desinteresse de potenciais licitantes, se as condições que lhes foram exigidas são inteiramente diversas das estabelecidas no instrumento contratual diretamente firmado. A ausência de interesse em participar do certame obviamente não se coaduna com a alteração posterior das condições nele preestabelecidas. A este respeito, o ilustre Membro do Ministério Público junto ao TCDF, Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, preleciona: “Impõe a lógica jurídica que a Administração mantenha as condições ofertadas e exigidas na licitação anterior, pois se houver qualquer alteração ficará irremediavelmente comprometido o requisito “ausência de interesse” em participar da licitação. Efetivamente, não pode a Administração alterar as exigências estabelecidas para a habilitação, nem tampouco as ofertas constantes do convite ou do edital. Essa restrição abrange, inclusive, quando for o caso, a alteração dos anexos do ato convocatório, previstos no art. 40, § 2, da Lei nº 8.666/1993, como por exemplo o preço estimado pela Administração. (“Contratação direta sem licitação”. – 1ª edição. - Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 180). **Acórdão 142/1996 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)**

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

O manifesto desinteresse dos convidados não pode ser caracterizado somente pelo não comparecimento dos convidados, sendo necessário que os convidados manifestem os seus desinteresses por escrito. E assim o entendimento do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, *in* Contratação Direta Sem Licitação, 1ª edição, 1995, pag. 55, comentando o dispositivo: “a melhor exegese, *in casu*, leva ao entendimento de que o manifesto desinteresse se caracteriza quando presente algo mais que o simples silêncio. Alias, e regra elementar de hermenêutica que a Lei não contém palavras inúteis, ou melhor, na dicção de Ferrara: presume-se que a Lei não contenha palavras supérfluas; devem todas ser entendidas como escritas adrede para influir no sentido da frase respectiva.

Devemos acrescentar o alerta feito pelo professor Carlos Pinto Coelho Motta, *in* Eficácia nas Licitações e Contratos, Belo Horizonte, 1995, Ed. Del Rey, pag. 127, quando comenta o não-comparecimento de interessados na licitação: “a licitação deserta pode ser resultante de exigências descabidas, cláusulas discriminatórias ou publicidade ‘mascarada’. Estes vícios, infelizmente comuns, afugentam os participantes e, ao serem constatados, impedem absolutamente a contratação direta. Nesses casos a ausência de licitantes terá ocorrido por culpa da própria entidade licitadora, não se admitindo o recurso da dispensa”. Portanto, a dispensa com fulcro no art. 24, inciso V, c/c o art. 22, §7º, ambos da Lei no 8.666/1993 somente deve ser utilizada caso a licitação não possa ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 237/1999 Plenário (Relatório do Ministro Relator)**

**20.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**21.** Assim, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar as aquisições pretendidas sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.

**22.** Por seu turno, comprova-se que os prazos recursais se acham vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a **adjudicação** do objeto licitado ao vencedor.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**23.** Mesmo registrando alguns itens fracassados e desertos, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública (0548391).

**24.** Portanto, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III- DA CONCLUSÃO**

**25.** Pelo **exposto**, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame** pela autoridade competente, **nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** juntado ([0548394](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

**26.** Ademais, poderá a Administração, caso entenda necessário, optar pela **contratação direta dos itens 1, 2, 3, 17, 18, 19 e 23**, com base no art. **24, V, da Lei nº 8.666/93**. De toda forma, deverá a unidade solicitante - SAMES - se pronunciar acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração.

À consideração da autoridade superior.



---

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 24/06/2020, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 24/06/2020, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL  
(SAMES)**

**ASSUNTO:** Aquisição de material de consumo hospitalar. Homologação de Pregão Eletrônico n. 24/2020.

**DESPACHO Nº 937 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES do TRE/RO, objetivando a aquisição, por meio de Ata de Registro de Preço, de MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir demandas da unidade ([0496114](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 24/2020 ([0539740](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0548391](#)); o Resultado por Fornecedor ([0548393](#)); Relatório nº 43/2020 ([0548403](#)); Resultado de Licitação ([0548396](#) e [0551355](#)), o comprovante de publicação do resultado ([0551447](#)) e comprovante do envio para publicação do resultado retificado ([0551447](#)).

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ou intenção de recurso.

Os itens 1, 2 e 3 restaram desertos, devido à inexistência de propostas, e os itens 17, 18, 19 e 23 restaram fracassados, pois os valores das propostas superaram o estimado no certame.

Cumprida as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 05.895.525/0001-56 – OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATÓRIOS LTDA, itens 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 21 e 22, pelo valor de R\$ 43.524,32 (quarenta e três mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos); 16.743.543/0001-39 – POSTERARI ASSESSORIA TECNICA EIRELI, item 12, pelo valor de R\$ 7.852,00 (sete mil oitocentos e cinquenta e dois reais); e 26.581.761/0001-78 – HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, item 15, pelo valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total das propostas R\$ 54.088,82 (cinquenta e quatro mil oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mediante o Parecer Jurídico nº 123/2020 ([0551118](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0548394](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens desertos e fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar a repetição do certame, se não acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ressalta, que a unidade solicitante deve pronunciar-se acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0548391](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 24/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0548394](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SAMES para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 1, 2, 3, 17, 18, 19 e 23, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

Deverá vir aos autos o comprovante da publicação da retificação do resultado do certame.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 24/06/2020, às 21:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.